

O EXPERIMENTAL E O FORMAL: UM ENCONTRO DE BENEFÍCIOS MÚTUOS

Ruth E. Vasconcellos Lopes¹

ruth@iel.unicamp.br

Em dezembro de 2010, o ForMA – Núcleo de Estudos em Gramática Formal, Mudança e Aquisição –, do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, organizou um encontro intitulado *Experimental Psycholinguistics: Formal Approaches* (I EXFA). O objetivo era reunir pesquisadores de todos os campos da psicolinguística (aquisição da linguagem, processamento e neurolinguística) trabalhando no quadro da teoria gerativo-transformacional, com o intuito de proporcionar um espaço de apresentação e discussão de pesquisas em psicolinguística, atuais e inovadoras, desenvolvidas através de paradigmas experimentais tratando de questões de sintaxe, semântica, morfologia, fonologia e fenômenos de interface em quaisquer línguas. O encontro contou com os professores Leticia Sicuro Correa, da PUC-Rio, Marcus Maia, da UFRJ, e Thomas Roeper, da University of Massachusetts (UMass), como conferencistas convidados.

Foi um encontro proveitoso que tem rendido alguns frutos e, entre eles, o presente volume.

Creemos haver, ainda, uma certa carência no Brasil de formação experimental em algumas áreas da Linguística. Pode-se afirmar que isso é verdade, talvez mais especialmente, para a área da psicolinguística infantil, diferentemente do que ocorre com as pesquisas nas áreas de processamento da linguagem pelo falante maduro ou neurolinguística cuja constituição mesma é dependente dos métodos experimentais, quer comportamentais ou outros. No caso do que chamei acima de psicolinguística infantil – entendida aqui como abrangendo subáreas como as de processamento de linguagem pela criança, aquisição, desenvolvimento de processos cognitivos não-linguísticos e sua correlação com o

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/CNPq.

desenvolvimento da linguagem etc. – o cenário parece ainda um pouco menos consolidado, conquanto conte com grupos fortemente constituídos desenvolvendo pesquisas de grande repercussão interna e externa. Refiro-me, de forma mais contundente, ao fato de a psicolinguística experimental não ser, no mais das vezes, parte do programa de formação para nossos alunos de graduação, por exemplo, ficando restrita àqueles de pós-graduação que já tenham direcionado seus trabalhos para uma dessas áreas. O método experimental, entretanto, é um lugar privilegiado do fazer científico e pode contribuir muito para a formação em Linguística, especialmente aquela que parte de quadros teóricos formais capazes de gerar hipóteses fortes cujas previsões devem ser testadas.

No caso específico da área de aquisição da linguagem, deve-se observar, sempre, que a ausência de certas estruturas na fala espontânea infantil não pode ser tomada como falta de seu conhecimento. Assim, a única forma de checar se a criança adquiriu um dado aspecto particular do conhecimento linguístico é através de exame experimental cuidadoso. Por outro lado, há vezes em que o que se busca está na fala da criança, mas o escrutínio cuidadoso, experimental, revela que aquilo que se vê na superfície não reflete ainda o conhecimento a ser adquirido, aquele do adulto. Finalmente, há inúmeros fenômenos que revelam mais do que uma possibilidade interpretativa e sua simples produção não permite vislumbrar se a criança ‘sabe’ disso ou não ou se tem uma forma inicial preferencial para a interpretação. Esses casos são apenas alguns daqueles em que somente uma metodologia experimental pode responder questões essenciais para o avanço do conhecimento na área. O mesmo certamente é verdade para as demais áreas da psicolinguística.

É, pois, esse interesse na ampliação cada vez maior da divulgação, formação, discussão e avanço da área experimental que nos moveu a organizar o EXFA e, agora, este volume que, temos certeza, trará muitas contribuições. Porém, dado o hiato de tempo desde o evento, decidimos que seria importante ampliar o espectro de textos e, assim, membros dos GTs de Teoria da Gramática e Psicolinguística da ANPOLL foram chamados a participar do volume também.

O tema foi mantido assim como a exigência para que a abordagem analítica fosse *formal* e a metodologia, *experimental*. Entretanto, ampliou-se, aqui, o convite ao formal para além das abordagens gerativo-transformacionais.

Temos, como resultado, nove textos que passarei a apresentar brevemente. A ordem de apresentação, entretanto, não obedecerá ao critério alfabético do Sumário do volume, mas antes tentará trazer uma organização mais macrotemática dos textos. Há três textos da área de aquisição da linguagem, por onde começaremos, e quatro textos especificamente sobre

processamento. Por fim, há dois textos, que também discutem processamento, mas que apresentam uma característica mais teórica, especialmente o primeiro deles que traz ortogonalmente ao fenômeno discutido uma proposta de modelo de processamento.

Em *Aquisição de verbos: uma questão de perspectiva sintática?*, Maísa Sancassani tem como questão central o problema do mapeamento entre conceitos e realizações fonológicas nas crianças pequenas desvendando o significado de verbos. O trabalho explora, especialmente, a aquisição de verbos cujos pares reversíveis, tais como *dar e receber*, não se beneficiariam de qualquer pista possível através do contexto extralinguístico. A autora assume a hipótese de que a sintaxe guia parte do processo de aquisição dos verbos e para testar essa hipótese desenvolve um experimento em que 20 crianças de 3 e 4 anos foram apresentadas a eventos ambíguos tais quais os mencionados acima. Os resultados revelam que os estímulos sintáticos alteraram o viés de interpretação das crianças que, inicialmente, parecem privilegiar estruturas agentivas.

Casagrande examina a aquisição de objetos diretos anafóricos, partindo da hipótese que, além dos traços semânticos do antecedente, discutidos na literatura (cf. referências no artigo), também a perfectividade da sentença parece interferir no preenchimento ou não da posição de objeto. A autora, então, aplicou três experimentos de produção eliciada a 70 crianças entre 2 e 6 anos, mostrando que a gramática infantil segue um certo percurso. Inicialmente, seguindo Lopes (2009), haveria apenas a produção de objetos nulos dêiticos, surgindo os anafóricos quando o traço de perfectividade gramatical se torna operativo na gramática infantil. Casagrande mostra que a gramática infantil passa, ainda, por outra mudança: paulatinamente, a posição de objeto começa a ser também preenchida por DPs plenos e pronomes lexicais, estes encontrados com maior incidência com formas perfectivas. Seu trabalho traz um novo frescor ao debate sobre o objeto nulo na língua ao mostrar que o traço de especificidade do antecedente parece ter um papel primordial no licenciamento de tais construções.

Também examinando aspecto, Maria Cláudia Arvigo debruça-se sobre a aquisição deste fenômeno, contrapondo-o a tempo, em crianças portadoras de Déficit Específico de Linguagem (DEL). Segundo a autora, uma das dificuldades mais documentadas na literatura sobre DEL diz respeito ao emprego da morfologia de tempo, embora experimentos sobre compreensão mostrem que os sujeitos conseguem distinguir temporalidade, adequadamente identificando eventos ocorridos no passado de outros no presente, por exemplo. A literatura também mostra que sujeitos com DEL, por outro lado, apresentam uma grande dificuldade de compreensão do aspecto imperfectivo. Alguns dos estudos relatados por Arvigo com crianças

adquirindo inglês atribuem esse comportamento a uma falta de sensibilidade a aspecto gramatical. Através de alguns experimentos aplicados a crianças brasileiras com DEL a autora encontra resultados que parecem demonstrar que os indivíduos testados apresentam uma grande variação também na associação entre aspecto gramatical (perfectividade) e aspecto lexical (telicidade).

Na transição entre a área de aquisição e a de processamento, temos o artigo de Ricardo Augusto de Souza sobre processamento de sentenças contendo verbos de modo de movimento com sentido causativo por falantes bilíngues português-inglês. O inglês permite uma construção como *The coach ran the students around the field* em que o verbo de movimento *run* mais o modo de movimento *around the field* recebem uma leitura causativa. Em português, entretanto, essas construções são marcadas. O autor, utilizando-se de um experimento de leitura auto-cadenciada medindo tempo de reação, comparando o desempenho de monolíngues do português brasileiro e do inglês, testados em suas próprias línguas maternas, contra sujeitos bilíngues, traz evidência de que os bilíngues com maior proficiência foram capazes de formar uma classe de verbos de modo de movimento na segunda língua, estendendo esse comportamento à língua materna.

Passamos a dois textos cujo cerne é o processamento da anáfora conceitual.

Em *Gênero e número no processamento da anáfora conceitual com nomes coletivos em português brasileiro* Sheila Costa de Farias, Márcio Martins Leitão e José Ferrari-Neto mostram, primeiramente, que informações morfológicas em relações anafóricas podem ser transgredidas quando o antecedente é um nome coletivo. Assim, em uma sentença como *A classe não entendia a tarefa*, o sintagma nominal “a classe” pode ser retomado pela anáfora “ela”, havendo congruência de gênero e número entre o antecedente e a anáfora, ou pode ser retomado pela anáfora “eles” (como em *Eles não sabiam fazer o cálculo*), em que há uma incongruência morfológica. A isso chamam os autores de “anáfora conceitual”. Experimentalmente, os autores tinham por objetivo observar qual era o tipo de retomada mais custosa a ser processada, utilizando-se de uma técnica de leitura automonitorada. Concluíram que a anáfora gramatical, aquele que conserva a congruência morfológica em relação ao antecedente, é mais rápida do que a conceitual, o que, segundo os autores, mostra o efeito do componente morfológico durante o processamento.

Marcus Maia, Daniela Cid de Garcia e Cristiane de Oliveira, em *The processing of conceptual anaphors and fully specified pronouns in intra-sentential contexts in Brazilian Portuguese*, descrevem alguns experimentos sobre correferência entre pronomes especificados e anáforas conceituais, mostrando que nos dois casos há restrições estruturais

para o estabelecimento de relações anafóricas. Dois experimentos envolviam leitura automonitorada, um deles, rastreamento ocular, e o último, uma tarefa de audição automonitorada. Todos os experimentos controlaram relações intrassentenciais legitimadas ou não pelos Princípios de Ligação (Chomsky, 1986). Os autores concluem que, ao menos no nível testado – o intrassentencial –, as anáforas conceituais apresentam as mesmas características dos pronomes especificados, o que os leva a considerar que ambos tenham um estatuto semelhante.

Ainda sobre relações correferenciais, Jefferson de Carvalho Maia e Maria Luiza Cunha Lima discutem o processamento entre nomes e pronomes plenos no português brasileiro. Os autores consideram uma hipótese disponível na literatura (cf. referências no artigo) segundo a qual nomes repetidos seriam mais difíceis de processar do que pronomes plenos quando os antecedentes estão em posição de sujeito. Para testá-la, realizaram um experimento de rastreamento ocular, medindo a duração da primeira fixação e o tempo total de fixação, tomando as relações de correferência com antecedentes em duas condições de teste: posição de sujeito e de objeto. Seus resultados indicam que não houve diferenças significativas nos tempos de leitura nas duas condições testadas, o que apontaria para uma inexistência de dificuldade em processar nomes repetidos quando comparados a pronomes plenos, estando o antecedente no sujeito.

Em *Concordância com tópico: o caso dos verbos meteorológicos em relativas cortadoras*, Igor de Oliveira Costa, Erica dos Santos Rodrigues e Marina Augusto discutem a flexão plural com verbos meteorológicos, como *chover*, *ventar*, de forma correferente a um antecedente também plural quando o verbo está dentro de uma oração relativa, como em *Fiz uma pesquisa e verifiquei que [os meses] que [chovem] são os meses que tem R*. O artigo relata os resultados de um experimento para testar o processamento da concordância verbal, em contextos tanto de variação da concordância quanto do preenchimento da posição de sujeito. O trabalho mostra que os falantes do português brasileiro são sensíveis a marcas de plural com verbos meteorológicos e que o antecedente do pronome relativo afeta o processamento das sentenças quando se consideram as condições no singular ou plural.

Finalmente, Marina R. A. Augusto, Letícia M. Sicuro Correa e Renê Forster buscam argumentos para sustentar que DPs sejam *fases*, de acordo com Chomsky (2001). Partem da proposta de um modelo integrado de computação *on-line* (MINC) e sugerem que os DPs, sendo fases, estariam sujeitos a *spell-out* alimentando dinamicamente as interfaces com o sistema computacional da linguagem, ou seja, seriam uma unidade de processamento. Uma das consequências da proposta seria o mapeamento dos DPs e seus referentes durante tarefas

de compreensão, resultado sustentado pelos resultados relatados sobre um experimento com orações relativas restritivas. O trabalho oferece uma visão bastante instigante de um conceito teórico como o de *fases*, pois o investiga tanto da perspectiva da competência quanto da *performance*.

Temos certeza de que as leituras serão muito proveitosas e terão muito a contribuir para o estado da arte do campo. Muito, entretanto, este volume se beneficiou de leitores generosos que dispuseram do seu tempo para agregar qualidade e *insight* aos textos. Volumes especiais não passam, usualmente, pelas mãos de pareceristas, pois, no mais das vezes, trazem contribuições de eventos que, em algum ponto, já haviam incorporado a revisão. Mas ao alargar os limites das contribuições para além do EXFA, achamos que seria importante haver uma etapa ainda de revisão, a que se fez referência acima como a dos ‘leitores generosos’ (que foram!). Agradecemos, assim, ao cuidado de Andrew Nevins, Aniela Improta França, Charlotte Galves, Cristina Name, Juanito Ornelas de Avelar, Leonor Simioni, Luciana Teixeira, Marcelo Barra Ferreira, Maximiliano Guimarães, Mercedes Marcilese, Renato Basso, Rerisson Cavalcante de Araújo, Roberta Pires de Oliveira, Sandra Quarezemin, Sérgio Menuzzi e Teresa Cristina Wachowicz com quem todos, autores e editora, muito aprenderam.

REFERÊNCIAS

1. CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
2. CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: Kenstowicz, Michael (ed). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press. pp. 1-54, 2001.